

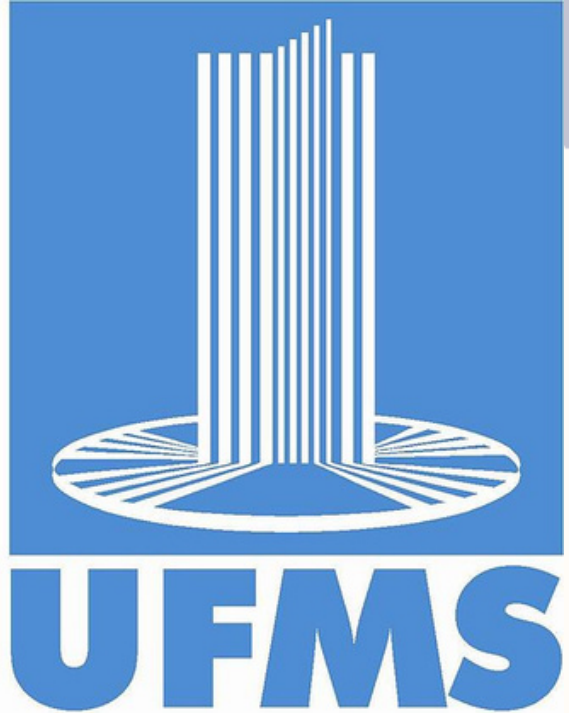
PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO – MANUAL DE BOAS PRÁTICAS PARA O APRIMORAMENTO DA ACCOUNTABILITY EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Autor: Paulo Keese Colombo

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Ribeiro Silva



PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Escola de Administração e Negócios - ESAN

Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em rede nacional (PROFIAP)

Este relatório consiste em um Produto técnico-tecnológico (PTT) elaborado a partir da dissertação intitulada “Accountability: uma análise sobre as práticas de governança nas universidades federais brasileiras”, elaborado por Paulo Keese Colombo com a orientação do professor Dr. Marcelo Ribeiro Silva, e apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em rede nacional (PROFIAP), realizado na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como requisito à obtenção do título de mestre em Administração Pública



PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SUMÁRIO

4

INTRODUÇÃO

7

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-
PROBLEMA

9

OBJETIVOS

10

PLANO DE AÇÃO

18

CONCLUSÃO

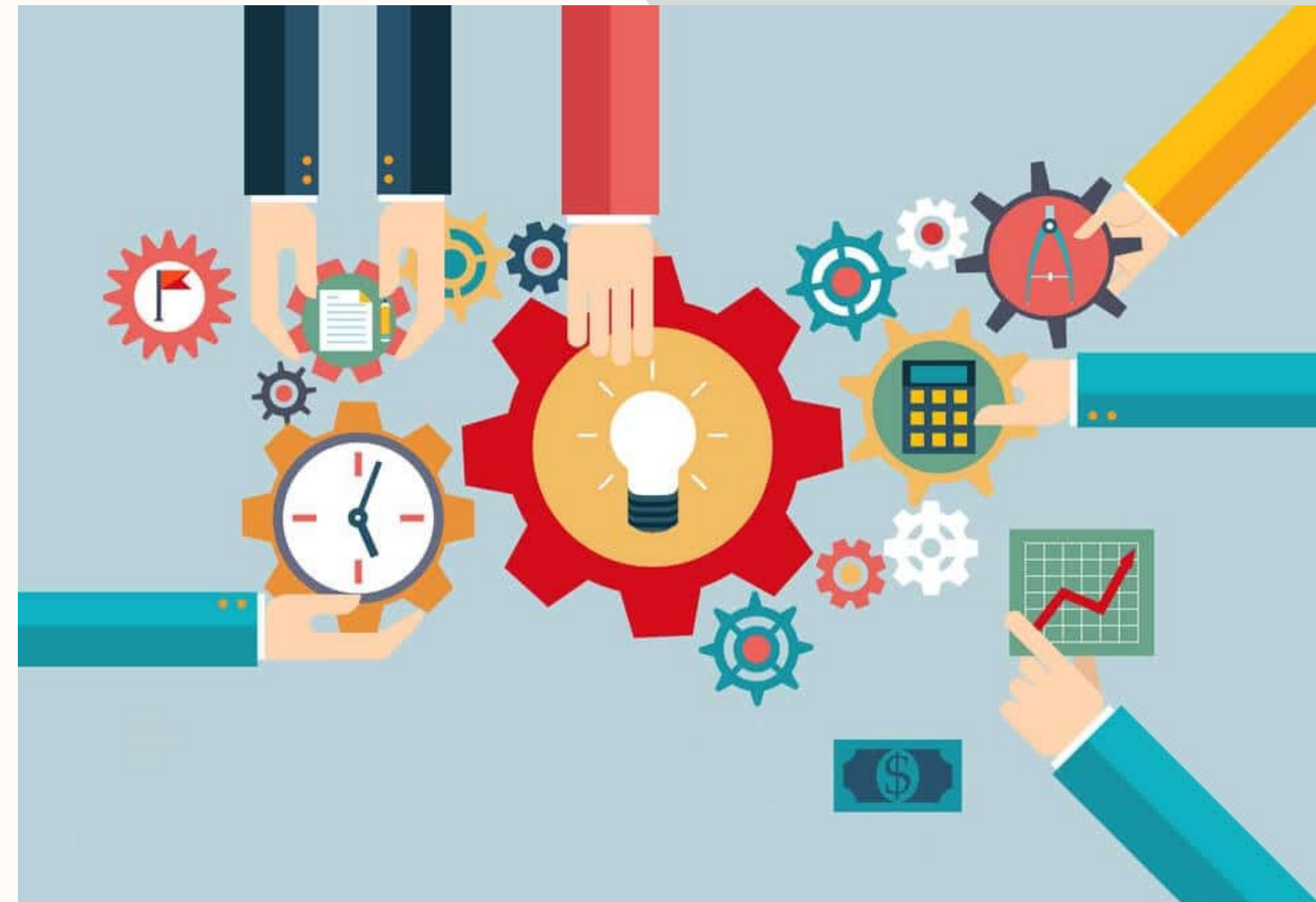
20

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

Com o advento do movimento da Nova Gestão Pública, que promoveu mudanças nos modelos de gestão adotados nas instituições públicas do Brasil, os princípios da accountability, entendidos como uma resposta dos gestores governamentais no intuito de prestar contas à sociedade, acabam por ganhar relevância dentro das instituições públicas de ensino superior. Assim, este PTT tem como objetivo elaborar um plano de ação que contenha os principais pontos a serem mantidos e os pontos a serem aprimorados pela instituição avaliada, a fim de melhorar a promoção da accountability na instituição em questão, mas também, servir de ferramenta para a replicabilidade em outras instituições de ensino superior.

Para isso, foi utilizada como técnicas de coletas de dados a análise documental do Relatório de Gestão Anual da Instituição utilizada, o Relatório Bianual da Corregedoria, e a entrevista com os gestores responsáveis pela elaboração dos referidos documentos. O material coletado proveniente das técnicas aplicadas foi categorizado dentro dos três subsistemas da accountability elencados, a transparência, prestação de contas e responsabilização dos agentes públicos, dando margem para interpretações a respeito do grau de promoção da accountability em suas diferentes interfaces.



INTRODUÇÃO

Os resultados apontaram para pontos fortes e pontos a serem fortalecidos e aprimorados pela instituição. Na área de responsabilização, um ponto a ser fortalecido diz respeito a celeridade dos processos disciplinares no âmbito interno da instituição, os quais, em média, tiveram sua resolução num tempo superior ao definido pela legislação. Na área de transparência, se mostrou satisfatória a apresentação de dados importantes como a visão e missão da organização, estrutura organizacional e de governança, modelo de negócios, relação de políticas e planos de governo implantados, e relação com o ambiente externo. Por outro lado, os indicadores de desempenho divulgados não detalham a estratégia que a organização toma com base nestes indicadores. Em relação à prestação de contas, não foi encontrado citação de relatórios de auditoria independente, como sugerido pela ferramenta. Em contrapartida, o Relatório de Gestão possui tabelas com os resultados orçamentários das principais contas, com demonstrativos da evolução nos últimos 6 anos (2016-2021), o que contribui para a coerência e comparabilidade dos resultados.



INTRODUÇÃO

Tendo em vista os resultados alcançados, este trabalho propõe como produto técnico tecnológico um plano de ação baseado em formato de Manual de boas práticas com os principais pontos alcançados pela instituição no que tange à área da accountability, assim como os pontos a serem fortalecidos na área, com a respectiva recomendação.



SITUAÇÃO-PROBLEMA

A falta de promoção dos princípios que envolvem a accountability tende a abrir margem para atos de corrupção e decisões arbitrárias na administração pública, afetando a imagem que a universidade pública passa para a sociedade. Uma prestação de contas deficiente também pode levar a falta de informações a respeito da fonte e destinação dos recursos públicos.

Romão e Tavares (2021) apontam que, para dirimir os níveis de corrupção na administração, é importante realçar aspectos que reforçam a transparência, a responsabilização, e a prestação de contas das políticas públicas, assim como garantir o controle social dos atos governamentais.



SITUAÇÃO-PROBLEMA

Isso se torna cada vez mais relevante com as recentes mudanças jurídicas em nosso ordenamento. Como exemplo, a transparência se tornou um princípio juridicamente consolidado, uma vez que a Lei de Acesso à Informação (LAI), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei da Transparência tornaram-se os principais instrumentos jurídicos de garantia da divulgação de dados públicos para todos os cidadãos brasileiros.

Levando em conta os aspectos apontados, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) desponta como um importante locus de pesquisa para a coleta de dados sobre o tema, por se caracterizar como uma Universidade Pública de Ensino Superior submetida às novas ordens jurídicas e aos novos padrões de gestão organizacional que os princípios da accountability exigem.



OBJETIVO

O objetivo do presente relatório é elaborar um plano de ação que contenha os principais pontos a serem mantidos e os pontos a serem aprimorados pela instituição avaliada, a fim de melhorar a promoção da accountability na instituição em questão, mas também, servir de ferramenta para a replicabilidade em outras instituições de ensino superior.

PLANO DE AÇÃO

Relação de indicadores de promoção da transparência			
Dados do Relatório de Gestão 2021			
Capítulo 1 – Mensagem do Dirigente Máximo da Unidade			
Pontos Fortes	Foi apresentado os principais resultados alcançados, considerando os objetivos estratégicos e de curto prazo, bem como as prioridades da gestão	Sugestão	Inclusão de gráficos que indiquem a evolução ou regressão dos indicadores em um arco temporal
Pontos Fracos	Resultados não foram apresentados em gráficos e tabelas		

PLANO DE AÇÃO

Relação de indicadores de promoção da transparência			
Dados do Relatório de Gestão 2021			
Capítulo 2 – Visão geral organizacional e ambiente externo			
Pontos Fortes	Visão e missão da organização, estrutura organizacional e de governança, modelo de negócios, relação de políticas e planos de governo implantados, e relação com o ambiente externo apresentados de forma satisfatória	Sugestão	Inclusão dos links de acesso às normas direcionadoras da atuação da Universidade
Pontos Fracos	Ausência dos links de acesso normas direcionadoras da atuação da Universidade		

PLANO DE AÇÃO

Relação de indicadores de promoção da transparência			
Dados do Relatório de Gestão 2021			
Capítulo 3 – Riscos, oportunidades e perspectivas			
Pontos Fortes	Relatório indica os riscos que a UFMS está sujeita a enfrentar	Sugestão	Elaborar uma demonstração de diferentes cenários previstos (com as possíveis ações) caso os riscos venham a ocorrer, assim como as estratégias de prevenção a eles.
Pontos Fracos	O documento não aponta como a instituição lida com estes riscos, e como eles influenciam nas decisões superiores do órgão		

PLANO DE AÇÃO

Relação de indicadores de promoção da transparência			
Dados do Relatório de Gestão 2021			
Capítulo 4 – Governança, estratégia e alocação de recursos			
Pontos Fortes	<p>Objetivos estratégicos, respectivas metas e responsáveis elencados no documento</p> <p>Indicadores de gestão apresentados no documento (GG2021 e MEG)</p>	Sugestão	Inclusão da vinculação dos objetivos estratégicos aos principais programas nacionais do governo federal e apresentação da relação que os indicadores de desempenho possuem com a elaboração dos objetivos estratégicos.
Pontos Fracos	<p>Ausência de vinculação dos objetivos estratégicos com planos nacionais e setoriais do governo</p> <p>Não há menção às ações da organização que são tomadas com base nos indicadores de gestão</p>		

PLANO DE AÇÃO

Relação de indicadores de promoção da prestação de contas	
Dados do Relatório de Gestão 2021 e Entrevista	
Pontos Fortes	<p>Possui tabelas com os resultados orçamentários das principais contas, com demonstrativos da evolução nos últimos 6 anos (2016-2021), o que contribui para a coerência e comparabilidade dos resultados</p> <p>O RG também contém uma tabela com os principais programas de governo que direcionam recursos à UFMS, as ações atreladas a eles, as unidades orçamentárias e os valores empenhados por cada programa</p>
Pontos Fracos	<p>Não foi encontrado citação de relatórios de auditoria independente</p> <p>Não há vinculação dos custos envolvidos na consecução dos objetivos estratégicos, ou seja, não há vinculação dos custos com o valor gerado pela instituição.</p> <p>Antes da elaboração do relatório, alguns setores, por divergência de interpretação, informam dados de valores divergentes entre o processo de contratação e pagamento</p>

PLANO DE AÇÃO

Relação de indicadores de promoção da prestação de contas	
Dados do Relatório de Gestão 2021 e Entrevista	
Sugestões	<p>Inclusão relatórios de auditoria independente no capítulo, a fim de promover confiabilidade dos dados orçamentários.</p> <p>Além disso, sugere-se a inclusão de uma correlação entre os objetivos estratégicos e os custos envolvidos em cada um.</p> <p>Sugere-se inversão da lógica de solicitação dos dados para as diretorias. Ao invés de solicitar, ter um sistema de dados em que o diretor apenas os valida.</p>

PLANO DE AÇÃO

16

Relação de indicadores de promoção da responsabilização dos Agentes Públicos	
Dados do Relatório Bianual da Gestão da Corregedoria e Entrevista	
Pontos Fortes	Acompanhamento das denúncias e comunicações registradas na Ouvidoria, por meio do sistema Fala.Br, buscando orientar e avaliar se as providências de apuração pelas Unidades da Administração são satisfatórias, ou se necessitam de atuação da Corregedoria para avocar ou complementar as investigações.
Pontos Fracos	<p>Em uma análise dos 14 processos disciplinares instaurados de 2020 a 2022, o tempo médio de conclusão destes foi de 160 dias, acima do prazo máximo de 140 dias que estipula a Lei nº8112/90.</p> <p>Ausência de servidores disponíveis e capacitados para comporem as comissões.</p> <p>Falta de ampla divulgação das ações preventivas da Corregedoria</p>

PLANO DE AÇÃO

Relação de indicadores de promoção da prestação de contas

Dados do Relatório Bianual da Gestão da Corregedoria e Entrevista

Sugestões

Indicação de servidores aptos a participarem das capacitações, dando preferência aos servidores estáveis, já que os que não estão nesta condição não podem participar de comissões disciplinares.

· Servidores nomeados em comissões devem atuar exclusivamente no trabalho da comissão durante o decorrer do processo disciplinar.

· Instituição do trabalho remoto para os membros das comissões.

Maior interação entre os diferentes setores da universidade para maior divulgação

CONCLUSÃO

As tabelas detalhadas acima foram encaminhadas para os gestores entrevistados e foi solicitado um feedback a respeito das informações disponibilizadas. O Corregedor da UFMS declarou que os pontos referentes à responsabilização vão ser considerados nos próximos projetos da Corregedoria e afirmou que, quanto à celeridade dos processos, há muita dificuldade em seguir os prazos estipulados na legislação. Em suas palavras:

“O tempo legal de 140 dias para instauração e julgamento é praticamente impossível, salvo nos casos de PAD sumário, em que não há fase de instrução. Portanto, o prazo é adotado apenas para fins de início da contagem prescricional. No geral, nossos processos atuais estão com mais tempo do que 160 dias, ainda mais quando há diligências externas imprescindíveis (por exemplo, estamos com um PADS parados desde agosto de 2022 aguardando perícia de computador de um professor, perícia grafotécnica, e também declarações de imposto de renda) (CORREGEDOR DA UFMS)”

CONCLUSÃO

Assim, é evidente a dificuldade em cumprir a legislação pertinente quanto aos prazos, o que, segundo ele, se deve à dependência de documentos externos nos PAD's ordinários, em que há a fase de instrução.

Já o Secretário de Planejamento Institucional da UFMS considerou as sugestões validas e informou que também levará em consideração as sugestões levantadas no documento para os próximos relatórios de gestão da universidade.

Assim, ressalta-se o caráter indicativo do presente produto técnico tecnológico para o aprimoramento da accountability na elaboração de importantes documentos das universidades públicas, o que pode ser levado em consideração para sua replicação em outras instituições de ensino público superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Relatório Anual de Gestão 2021 da UFMS. Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2022/05/relatorio-de-gestao-2021.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

TAVARES, Paulino Varela; ROMÃO, Ana Lúcia. Transparência, Accountability e Corrupção: Uma Percepção Qualitativa da Governança Pública no Brasil e na África do Sul. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Ferramenta de autoavaliação do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/ferramenta-de-autoavaliacao-do-relatorio-de-gestao-2020.htm#:~:text=O%20TCU%20disponibiliza%20ferramenta%20para,DN%2DTCU%20187%2F2020.> 2020. Acesso em 15 de setembro de 2022.

RESPONSÁVEIS

Discente: Paulo Keese Colombo - paulo.colombo@ufms.br
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Ribeiro Silva - marcelo.silva@ufms.br

DATA DA REALIZAÇÃO DO RELATÓRIO

Este Produto Técnico-Tecnológico foi elaborado em outubro de 2022, com base na dissertação referente à pesquisa “ACCOUNTABILITY: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS”, realizada no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2022.